

BALANÇO PATRIMONIAL

Posição (valores em reais/R\$) em 31 de dezembro de:

Ativo	2011	2010
Ativo Circulante	31.562.525	22.163.303
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.680.032	11.580.845
Bancos/caixa	84.914	501.484
Aplicações Financeiras	16.595.118	11.079.361
Outros Valores a Receber	14.882.493	10.582.458
Cientes	13.200.000	9.908.482
Adiantamento a Fornecedores	1.152.679	167.645
Impostos a Recuperar	43.103	45.743
Adiantamento de Férias	312.824	275.466
Outros Créditos	1.408	0
Títulos de Capitalização - BB	170.380	154.000
Despesas do Exercício Seguinte	2.099	31.122
Ativo Não Circulante	1.438.879	823.293
Realizável a Longo Prazo	0	132.380
Títulos de Capitalização	0	132.380
Imobilizado	525.736	615.688
Bens e Direitos em Uso	1.769.219	1.794.991
(-) Depreciações Acumuladas	(1.243.483)	(1.179.303)
Intangível	913.143	75.225
Sistemas Aplicativos – Software	1.251.672	386.183
(-) Amortizações Acumuladas	(338.529)	(310.958)
Total do Ativo	33.001.404	22.986.597

Passivo	2011	2010
Passivo Circulante	1.734.052	1.700.230
Encargos Sociais a Recolher	222.479	237.756
Encargos Tributários a Recolher	203.803	196.683
Fornecedores	204.037	380.873
Provisões para Férias e Encargos	1.084.406	884.618
Adiantamento de Terceiros	0	300
Outras contas a pagar/compensar	19.327	0
Patrimônio Social Líquido	31.267.352	21.286.367
Reservas	7.457.102	5.916.479
Reserva Técnica	7.457.102	5.916.479
Déficit/Superávit Acumulado	23.810.250	15.369.888
Déficit/Superávit do Exerc. Ant.	13.904.129	16.942.138
Déficit/Superávit do Exercício	9.906.121	(1.572.250)
Total do Passivo	33.001.404	22.986.597

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT

	2011	2010
(+) Receita Bruta	33.767.942	29.411.317
Transferências da União	31.050.000	24.600.000
Serviços Prestados a Terceiros	2.619.599	4.803.234
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	3.343	8.083
Patrocínio	95.000	0
(-) Deduções da Receita Bruta	(93.603)	(211.334)
ISS sobre Faturamento	(93.603)	(211.334)
(=) Receita Líquida	33.674.339	29.199.983
(-) Despesas Operacionais	(25.216.033)	(32.082.838)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.904.195)	(2.022.802)
Despesas com Pessoal e Encargos	(12.710.496)	(11.805.917)
Serviços de Terceiros	(6.640.837)	(8.977.381)
Aluguéis e Arrendamentos	(1.503.359)	(1.312.944)
Impostos e Taxas	(44.159)	(41.262)
Diárias	(787.452)	(1.363.637)
Passagens	(1.131.365)	(2.228.870)
Promoções e Eventos	(255.034)	(4.075.790)
Outras Despesas Operacionais	(21.830)	(22.010)
Depreciações e Amortizações	(217.306)	(232.225)
(=) Resultado Operacional Bruto	8.458.306	(2.882.855)
(+/-) Resultado Financeiro	1.447.815	1.310.606
Despesas Financeiras	(325.773)	(487.552)
Receitas Financeiras	1.773.588	1.798.158
Superávit/Déficit do Exercício	9.906.121	(1.572.249)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Nota 1 – Contexto operacional – O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília/DF, tem por finalidade a realização e promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. Em áreas de sua atuação, este Centro executa outros serviços contratados por terceiros.

Nota 2 – Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976, modificada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 e na NBC T 10.19 sobre entidades sem finalidade de lucros e nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2011.

Nota 3 – Principais Práticas e Diretrizes Contábeis – a) **Instrumentos financeiros:** O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis. - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. - Investimentos mantidos até o vencimento - Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado. - Recebíveis – Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber. O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros. **b) Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **c) Ativos intangíveis:** correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. **d) Provisões:** uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **e) Apuração dos resultados:** O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com atendimento pleno da NBC T 10 19 do Conselho Federal de Contabilidade. **f) Receita operacional – Serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. **g) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

Nota 4 – Caixa e equivalente de caixa. O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado:

	2011	2010
Caixa	0	1.000
Bancos Conta Movimento	84.914	500.484
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	16.595.118	11.079.361
Total	16.680.032	11.580.845

Nota 5 – Aplicações Financeiras

	2011	2010
Investimentos circulantes Mantidos até o vencimento Títulos de Capitalização	170.380	154.000
Investimentos não circulantes Mantidos até o vencimento Títulos de Capitalização	0	132.380
Total	170.380	286.380

A manutenção de aplicações em Títulos de Capitalização deve-se a necessidade de amparo à parte da garantia de fiança de aluguel da sede da Entidade.

Nota 6 – Clientes. Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais a Entidade firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal já foi emitido:

Clientes	2011	2010
ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas	0	118.482
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.200.000	2.350.000
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos	12.000.000	7.440.000
Total	13.200.000	9.908.482

Nota 7 – Adiantamento de férias. O CGEE tem por política conceder férias coletivas a seus empregados no início de cada exercício financeiro (janeiro/2012). Em virtude dessa política, foi registrado montante de R\$ 312.824 no ativo circulante, relativo aos adiantamentos de férias pagos aos colaboradores.

Nota 8 – Adiantamento a fornecedores. Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados a fornecedores no montante de R\$ 1.152.679 (R\$ 167.645 – 2010)

Nota 9 – Imobilizado e Intangível. Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*). O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Depreciação	Exercício 2011	Exercício 2010
Imobilizado			
Equipamentos de Informática	20%	1.172.927	1.201.108
Instalações	10%	13.008	13.008
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	41.805	42.941
Móveis e Utensílios	10%	427.673	420.547
Equipamentos de Audio Visual	20%	113.806	117.387
(-) Depreciações	-	(1.243.483)	(1.179.303)
Subtotal do Imobilizado	-	525.736	615.688
Intangível			
Sistemas Aplicativos – Softwares	20%	1.251.672	386.183
(-) Amortizações	-	(338.529)	(310.958)
Subtotal do Intangível	-	913.143	75.225
Total do Imobilizado e Intangível	-	1.438.879	690.913

Nota 10 – Fornecedores. Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

Fornecedores	2011	2010
Stalivieri e Gusmão Tecnologia Ambiental Ltda	0	10.000
FUNFAMP – Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	0	159.000
CENERGEL – Consultoria em Sistemas Energéticos Ltda	0	25.000
Fundação José Arthur Boiteux	0	50.000
AGM – Miranda Turismo e Representações	0	74.864
Avisa Serviços Técnicos em Vigilância Sanitária, Tecnologia e...	24.000	24.000
FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	170.600	0
Silvana de Fátima Neitzek - ME	0	10.000
Outros Fornecedores	9.437	28.009
Totais	204.037	380.873

Nota 11 – Patrimônio Social Líquido. O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. De acordo com a subcláusula segunda da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2016) celebrado entre a União e o CGEE, deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 7.457.102 (R\$ 5.916.479), neste exercício.

Nota 12 – Receitas. a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2011 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 31.050.000 (R\$ 24.600.000 – 2010), com a seguinte configuração conforme os registros contábeis: R\$ 17.850.000 recebidos no exercício e R\$ 13.200.000 escriturados no ativo circulante a receber. b) **Contratos Administrativos** – A receita registrada no ano de 2011 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 2.619.599 (R\$ 4.803.234 – 2010). Demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2011	2010
Ministério do Desenvolvimento Ind e Com. Exterior – MDIC	0	81.600
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial-ABDI	445.557	683.047
Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD	33.318	0
Embaixada Britânica-Eficiência Energética	78.925	406.232
Embaixada Britânica-PPT BRA 1008	494.524	0
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITEC	0	720.887
Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica-ABPTI	0	238.482
International Development Research Center – IDRC	140.773	170.332
Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento do Est. Alagoas	400.000	0
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE	191.080	157.020
Secretaria de Assuntos Estratégicos da PR – SAE/PR	485.422	2.345.634
Sociedade Brasileira de Física - SBF	350.000	0
Total	2.619.599	4.803.234

c) Receitas financeiras – O CGEE obteve no exercício de 2011 uma receita de R\$ 1.773.588, conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	1.540.749	137.591
Descontos obtidos	94.377	7
Outras receitas financeiras	13	0
Variações monetárias ativas	0	851
Total	1.635.139	138.449
Total Geral	1.773.588	

Nota 13 – Despesas – A execução da despesa no exercício, visando cumprir seus objetivos o CGEE aplicou R\$ 25.541.807 (R\$ 32.750.390 – 2010), sendo R\$ 23.332.693 (R\$ 27.964.067 – 2010) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 2.209.113 (R\$ 4.606.323 – 2010) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

Nota 14 – Outras Informações. a) Seguros - O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado. **b) Ação Civil Pública** – Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total de R\$ 494.908 (quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e oito reais). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Neves, Santos Júnior Advogados. **c) Fiscalização** – Constatam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB dois processos nºs 10166.7222/2011-30 e 10166.7222/2011-41, resultantes do auto de infração – AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 011.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total de R\$ 1.106.051 (Um milhão, cento e seis mil, cinquenta e um reais) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de “DIÁRIAS” e “AUXÍLIO MORADIA”. Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Neves, Santos Júnior Advogados.

Brasília, 31 de dezembro de 2011

Avelino José de Magalhães
Assessor Financeiro e Contábil do CGEE/OS
CRC-DF 000 656/O-8
CPF 000.068.151-20

Mariano Francisco Laplane
Presidente do CGEE/OS
CPF 096.769.418-32

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas Demonstrações do resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis. A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Ênfase – Conforme descrito na nota explicativa 14, o CGEE é réu em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, na qual são questionados os contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, sob

a suspeita da realização de atos de improbidade administrativa, cujas penalidades vinculadas à citada ação totalizam, em 31 de dezembro de 2011, o montante aproximado de R\$ 495 mil, bem como possui dois processos, na esfera administrativa, junto à Secretaria da Receita Federal, para impugnação de auto de infração relativo ao período de janeiro de 2007 a dezembro de 2008, no valor de, aproximadamente, R\$ 1.106 mil. Em virtude do atual estágio desses processos e pela ausência de decisão definitiva sobre os assuntos, não foi possível, nesse momento, determinar os eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2012

Baker Tilly Brasil – MG Auditores Independentes
CRC-MG 005455/O-1 “S” DF

Josias Oliveira Barros Neto
Contador CRC-DF 009386/O-1

Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC-DF 013421/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. As nove horas e trinta minutos do dia vinte e sete (27) do mês de fevereiro de dois mil e doze (2012), na sede do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, realizou-se a vigésima sexta (26ª) reunião ordinária do Conselho Fiscal do CGEE que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada por balanço, relatórios, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2011.

Tomando por base o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pelo Assessor Financeiro e Contábil, os Membros do Conselho Fiscal são de opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de ser aprovadas. Portanto, o Conselho Fiscal considera que a referida documentação pode ser encaminhada para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012

José Roberto Alves Corrêa
Presidente

Luiz Alberto de Freitas Brandão Horta Barbosa
Conselheiro

Fátima Sandra Marques Holanda
Conselheiro

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

1. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, constitu